

PARABÉNS ENLUTADOS

EDSON CARVALHO VIDIGAL

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Professor de direito na Universidade de Brasília (UnB)*

Não me peçam nomes porque, como se ensina no Maranhão, é o nome que faz a intriga.

Passadas as últimas eleições, encontrei um indignado congressista nSo se contendo em vitupérios contra juizes e em ameaças ao Tribunal Superior Eleitoral. Quando vier a revisão constitucional vão se ver comigo, falou assim para mim. Tentei explicar juridicamente a decisão de que se queixava, tanto que merecera confirmação do Supremo Tribunal Federal, quando, dedo em riste, alterando a voz, inconsolável, disparou: esse Supremo também não perde por esperar.

Não imaginava que perder eleições pudesse causar ressentimentos nesse nível. O supracitado não foi o único a me expor decepção com juízes e com o Judiciário, sem esconder ponta pessoal. O mínimo que já ouvi, aparentemente sensato, foi sobre essa bazófia de controle externo da magistratura. Ou não leram ou não entendem nada de Montésquieu, do espírito das leis, sobre a divisão dos poderes. Aí humanidade apanhou muito para chegar até aqui e ainda hoje tem, nesse compartimento, seus demônios para exorcizar. Onde está, no planeta Terra, o estado democrático sem Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si?

O Governo é um empregado da sociedade, também conhecido como povo em geral, para cuidar do bem-comum, incluindo-se aí a prestação jurisdicional, ou seja a obrigação que tem o Estado de acudir aos cidadãos ameaçados ou violentados em seus direitos, venham as ameaças ou

violências de particulares ou do poder público, compreendendo-se aí todo e qualquer servidor ou autoridade de qualquer dos três Poderes em qualquer nível.

Sem independência do Legislativo, do Executivo e do Judiciário não se fala em democracia. O Legislativo é; o intermediador principal; em nome do povo faz lei nova, atualiza ou revoga a ultrapassada, mantém disponíveis as ferramentas legais de que precisam o Executivo e o Judiciário para feitura de sua parte na grande tarefa do bem-comum. E ainda, em nome do povo, exerce o controle externo dos outros poderes, diretamente ou através do seu órgão assessor, o Tribunal de Contas da União.

Já devem estar querendo me dizer, ah! e essa morosidade da Justiça; essa impunidade, ladrões pobres sendo perseguidos e ladrões ricos palitando os dentes por aí; os hediondos, sequestradores, estupradores, traficantes, os dos latrocínios e mais os capetas inimputáveis que moram nas ruas, se drogam, assaltam e matam, e às vezes morrem; ah! e os estelionatários, os traficantes de influência, os policiais, políticos, os juizes corruptos, então vem me dizer que não é preciso um controle externo? Vamos por partes.

Primeiro, o Judiciário não faz lei. Trabalha buscando fazer justiça e nesse afã se defronta com leis nem sempre justas, algumas antiquadas, quase todas constitucionais. Segundo, essa cultura do recurso; somos positivamente o país onde mais recorre no mundo. A primeira instância, só parece servir para distribuição das petições; as leis processuais dão longa vida às demandas, e as birras das partes, incluindo-se aí também o poder público e seus afins, detonam apelações que congestionam o tráfego nos tribunais, amamentam a burocracia, instigam as impaciências, transformam os trabalhosos julgados em decisões redundantes, quase automáticas, reduzindo os juizes, na maioria das vezes, a meros despachantes.

Tem muito criminoso, assassino ou ladrão, pelas ruas mas nem a polícia nem os presídios são do Judiciário; são do Executivo. As leis que estimulam a morosidade e, por consequência, dão alegres acenos à impunidade, são do Legislativo, que aliás detém também o Orçamento, via do qual pode fazer todas as coisas. O Judiciário, na estrutura vigente, é na prática um mero poder declaratório, cabendo-lhe apenas sentenciar inocentando ou condenando mas, a execução do que decide é tarefa do Executivo, na forma das leis do Legislativo.

Quando o Poder Judiciário comparece, e tem comparecido, todos exultam em seu louvor. Esperem decisão independente de um poder judiciário mais dependente do que o que temos até aqui. Entreguem os juizes à mercê da demagogia dos que ocupam espaços de funções no Estado e que acham que realizar o bem-comum é fazer qualquer coisa para estar de bem com a arquibancada, a qual, diga-se de passagem, nunca é a essência do povo em geral. Reclamar controle externo para o Poder Judiciário é mais uma pobre tentativa de fugir à discussão corajosa e à trabalhosa reforma que precisa ser feita nas nossas leis penais e processuais.

Entreguem o Judiciário aos que, se unindo ao coro dos ressentidos, contrariando, assim, a experiência de longo aprendizado da humanidade, imaginam para o nosso projeto democrático esse monstrengo da talidomida legiferante. Instituem depois também um controle externo para o Executivo e outro para o Legislativo; depois um controle externo para o controle externo que precisará de outro controle externo que, por sua vez, será reconhecido como incontrolável e daí outro controle externo. Façam assim.

A anarquia generalizada fará lembrar, certamente, aos pregadores desse vexame mental os sentidos votos da colunista que, entre

feliz e triste, misturando congratulações com condolências, saudou a amiga colunável com um "parabéns enlutados".